

“A nossa luta já entrou para a história, o movimento dos OCUPAS foi inédito”: notas sobre uma ocupação secundarista de 2016 em Guarapuava-PR

"Our fight has entered history, the OCUPAS movement was unprecedented": notes on a secondary occupation of 2016 in Guarapuava-PR

Jorge Luiz Zaluski¹

Resumo: este texto tem como objetivo refletir sobre as ocupações realizadas por estudantes secundaristas em 2016. A partir das observações sobre o movimento estudantil, do contexto nacional e do estado do Paraná, como um estudo de caso, através da análise de um caderno escolar produzido como diário pelos/as ocupantes do Colégio Estadual Francisco Carneiro Martins, de Guarapuava-PR, pretendeu-se compreender como as ocupações inserem-se como novas formas de protesto do movimento estudantil.

Abstract: this text aims to reflect on the occupations performed by high school students in 2016. From the observations about the student movement, and the national context and the state of Paraná, as a case study, through the analysis of a school notebook produced as a journal by the occupants of the Francisco Carneiro Martins State College, in Guarapuava-PR, it is intended to understand how the occupations are inserted as new forms of protest of the student movement.

Palavras-chave: Movimento estudantil. Ocupações. Secundaristas.

Keywords: Student movement. Occupations. Secondaries.

Introdução

Em outubro de 2016, estudantes secundaristas de 22 estados do Brasil protestaram contra a Medida Provisória nº 746 (MP 746), conhecida como a Reforma do Ensino Médio, e, o Projeto de Emenda Constitucional (PEC 241) que, mesmo sobre as manifestações foi aprovada no congresso e congelou investimentos públicos e políticas sociais. Entre as mobilizações contrárias à MP 746 e à PEC 241, mais de 1.000 escolas foram ocupadas por estudantes em todo o país. A mobilização foi tamanha que provocou o surgimento de inquietações, para

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina – PPGH-UDESC, linha de pesquisa Culturas Políticas e Sociabilidades. Vinculado ao Laboratório de Relações de Gênero e Família (LABGEF), Bolsista pela Fundação e Amparo a Pesquisa FAPESC. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0003-0795-263X>>. E-mail: <jorgezaluski@hotmail.com>.

“A nossa luta já entrou para a história, o movimento dos OCUPAS foi inédito”: notas sobre uma ocupação secundarista de 2016 em Guarapuava-PR

compreender tanto sobre essas ações, como da atuação do Movimento Estudantil no Brasil enquanto movimento social.

Em diferentes tempos, a atuação do movimento estudantil sempre foi colocada em dúvida. Diante dessas inquietações, Breno Bringel (2009), nos indica que é de longa data que distintos debates teóricos afirmam que os movimentos estudantis são e representam um movimento social. Segundo o autor, “[...] no caso das lutas estudantis no Brasil, o termo ‘movimento’ tem sido extensamente utilizado e escassamente debatido, em razão de seu uso num sentido laxo e ampliado, empregado há várias décadas” (BRINGEL, 2009, p. 100).

Para Maria da Glória Gohn (2017), em “Manifestações e protestos no Brasil - Correntes e contracorrentes na atualidade”, ao tecer reflexões sobre greves, manifestações, e atuação dos movimentos sociais ocorridos no Brasil a partir de 2013, a autora aponta que o movimento estudantil é bastante antigo, mas que, a partir dos acontecimentos de 2013, é possível afirmar que ele tem uma característica própria que difere de outros períodos. Para Gohn (2017), as particularidades do movimento variam conforme cada contexto histórico, territorial, questões étnicas, de gênero, dentre outras, que transcendem nos debates sobre a educação, e as reivindicações buscam por educação quilombola, creche, educação de jovens e adultos (EJA), cotas sociais e raciais, igualdade de gênero, dentre outras. Nesse processo, “continuam-se com encaminhamento e negociação como a dos movimentos clássicos”. Seu diferencial está nos usos dos suportes de comunicação, pois, como nos indica a autora, “o que muda em cada tempo histórico e local/território são os mecanismos e os instrumentos utilizados, e os canais para viabilizar os atos e acontecimentos delineados” (GOHN, 2017, p. 87).

Partindo dessas reflexões, este texto tem como objetivo levantar reflexões sobre as ocupações de estudantes secundaristas realizadas em 2016. A intenção é em perceber como as ocupações inserem-se como ações vindas do movimento estudantil, e de sua legitimidade como movimento social. Por meio dessa observação, pretende-se identificar elementos que possam caracterizar as particularidades do movimento estudantil na segunda década do século XXI.

Para isso, o texto está dividido em três partes. Na primeira, são estabelecidas reflexões sobre as manifestações ocorridas em junho de 2013 no Brasil, como tentativa de perceber relações com o movimento estudantil. Na segunda, como forma de compreender as características históricas das ocupações de 2016, foram analisados diferentes materiais produzidos por integrantes do movimento estudantil no estado do Paraná. Por fim, como estudo de caso, será utilizado como fonte histórica um caderno com anotações referente ao período de ocupação realizada no Colégio Estadual Francisco Carneiro Martins, em Guarapuava-PR. Acredita-se que por meio dessa fonte é possível identificar as particularidades da ocupação, estabelecer relações com o contexto estadual e nacional e perceber as especificidades do movimento estudantil nesse contexto histórico.

Movimento estudantil e as culturas políticas: pós-manifestações de 2013 e suas possíveis reverberações no movimento estudantil

As manifestações iniciadas em junho de 2013 proporcionaram a (re)configuração de um novo cenário político. Diante dessa movimentação, cabe

refletir se essas manifestações influenciaram a delimitação das culturas políticas existentes no Brasil. Em junho daquele ano, prestes a realização da Copa do Mundo, a sociedade brasileira foi motivada por diferentes grupos e movimentos sociais em irem às ruas protestar por diferentes pautas. Entre eles o Movimento Passe Livre (MPL), que, em protesto pela garantia de direitos, reforma política, preço da tarifa de transporte público, dentre outras questões sociais, contribuiu para as reivindicações tomarem grandes proporções. Entretanto, os desdobramentos das primeiras manifestações tomaram rumos diferentes dos objetivos iniciais e demonstrou apoio ao processo de impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff.

O Movimento Brasil Livre (MBL), criado em novembro de 2014, e o Vem Pra Rua (VPR) em outubro do mesmo ano, são alguns dos exemplos de movimentos que demonstram a existência de diferentes posicionamentos e interesses nas manifestações de 2013. Ambos são favoráveis ao neoliberalismo, defendem a privatização, e, o MBL declarou-se favorável a uma nova ditadura militar brasileira. Para Gohn (2017), esses movimentos podem ser apontados como “novíssimos movimentos”, ou, “novíssimos sujeitos em cena”, que segundo a autora, possuem características próprias e emergiram devido às tensões entre as culturas políticas existentes (GOHN, 2017).

Logo, esses movimentos recentes apresentam características do movimento social, mas, diante da ausência dos horizontes de expectativas para a justiça social e sem uma base sólida para as pautas e debates levantados, distanciam-se dos movimentos sociais clássicos que sinalizam interesses de intervenção na e pela política para a promoção da igualdade social. Entretanto, mesmo diante dessas diferenças, contribuíram para desestabilizar a política em vigor. Tal como os indica Sonia E. Alvarez, Evelina Dagnino e Arturo Escobar (2000), “[...] as políticas culturais são também postas em ação quando os movimentos sociais intervêm em debates políticos, tentam dar novo significado às interpretações culturais dominantes da política, ou desafiam práticas políticas estabelecidas” (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000, p. 23). Ou seja, as manifestações de 2013 contribuíram para o desencadeamento de várias ações que tornaram mais explícitas as culturas políticas existentes.

Nessas tensões, configuraram-se ao menos duas posições bem distintas, mas em ambas os protestos foram utilizados como forma de garantir mudanças sociais. Na primeira, um grupo que integra movimentos sociais, possui um longo percurso histórico de lutas por conquistas e manutenção de direitos. Na segunda, um grupo que questiona o governo e políticas sociais, mas sustentam suas bases no conservadorismo pautado principalmente por concepções religiosas, que segundo seus/as integrantes, tiveram seus direitos confrontados diante do plano de governo em desenvolvimento. A insatisfação do segundo consistiu principalmente devido a manutenção de um plano de governo pautado nos projetos sociais atrelados ao partido político no poder. Essa tensão contribuiu para acentuar as culturas políticas existentes. Diante desses atritos, Gohn (2017) nos indica que, “[...] o que veremos a partir de 2013 será um grande processo de organização da população, via redes sociais para participarem das manifestações. E, nelas, explodir sentimentos de cidadania ao protestar contra a corrupção ou na luta contra a perda de direitos” (GOHN, 2017, p. 18).

Com base nessas considerações, é possível afirmar que, em meio as diferentes culturas políticas que foram às ruas, a explosão de sentimentos de cidadania esteve presente nas distintas manifestações. Sejam nos “novíssimos” como definidos por Gohn (2017), ou naqueles que possuem uma longa trajetória de lutas pela conquista e garantia de direitos. No que corresponde ao Movimento Estudantil secundarista,

“A nossa luta já entrou para a história, o movimento dos OCUPAS foi inédito”: notas sobre uma ocupação secundarista de 2016 em Guarapuava-PR

esses sujeitos estão imersos a essas tensões, e corresponde ainda à outra categoria social, a juventude.

Por meio da observação da juventude como categoria, é possível identificar um perfil dos/as estudantes que participaram das ocupações. Conforme o Estatuto da Juventude, a juventude é compreendida como correspondente às pessoas que possuem de 15 a 29 anos (BRASIL, 2013). Todavia, a idade não deve ser vista como única definidora do que é juventude, outras categorias se interseccionam e devem ser relevadas. Com base nessa percepção, Luís Antonio Groppo (2017) nos indica a existência de diferentes juventudes. Pois, questões étnicas, econômicas, culturais, dentre outras, irão interferir para a construção de juventudes que extrapolam a limitação etária (GROPPO, 2017).

Desta maneira, a(s) juventude(s) não pode ser compreendida apenas como uma passagem para a vida adulta. Pois, se cruzam diferentes situações que irão interferir esse trajeto ao longo do tempo. Para Denise Helena Pereira Laranjeira, Mirela Figueiredo Santos Iriart e Milena Santos Rodrigues (2016), uma das características da juventude no tempo presente consiste na intensidade das relações sociais, que segundo as autoras, atualmente a juventude é um “[...] grupo que tensiona os espaços sociais e geracionais, numa conjuntura em que as formas de participação, os cenários políticos, a organização do trabalho se transformam rapidamente” (LARANJEIRA; IRIART; RODRIGUES, 2016, p. 119).

Quando realizada as ocupações de 2016, os/as estudantes secundaristas que ocuparam as escolas, possuíam em sua maioria, faixa etária entre 15 - 17 anos de idade, frequentavam o ensino médio em escolas públicas e eram oriundos de classe pobre. Diante dessa observação, é possível afirmar que as tensões geradas em decorrência das manifestações de 2013 contribuíram para a construção identitária em ser jovem, estudante e sujeito de direitos na luta pela educação pública e de qualidade. Muitos tiveram por meio das ocupações a primeira experiência em um movimento social, pois conforme Bringel (2009), o “[...] ‘relevo geracional’, que muitas vezes impede que os movimentos estudantis disponham de um ‘capital militante’” (BRINGEL, 2009, p. 102). Ou seja, esses estudantes têm no início de sua juventude as primeiras experiências com os movimentos sociais na tentativa de resolverem os problemas enfrentados no meio em que vivem.

#OcupaParaná e os registros de ocupação

Nos últimos anos, o cenário educacional paranaense tem enfrentando constantes retaliações. Exemplo de parte desse processo é a greve dos/as professores/as de 2015, que teve como pauta a luta pela manutenção de direitos como a aposentadoria, reajuste salarial, a não redução de turmas, e a cobrança de maior investimento na educação pública do Estado. Junto aos/as professores/as do ensino básico, participaram estudantes (como apoiadores) professores/as das universidades estaduais e outros profissionais, como os da saúde e segurança que também estavam com seus direitos em risco. Em resposta à greve, o governador Carlos Alberto Richa – Beto Richa – do PSDB, e do até então secretário de segurança pública Fernando Francischini, (atualmente está PSL), autorizaram a atuação violenta da polícia contra os/as grevistas, no que ficou conhecido como “Massacre de 29 de abril”. Com diferentes períodos de duração, com interrupções e retorno às paralisações, a greve se estendeu até o mês de junho. Os cortes não pararam e de uma forma mais intensa a educação pública paranaense viveu sob uma tensão, pois o governador apresentou novas propostas de redução de investimentos na educação, como a extinção do ensino

noturno, diminuição de carga horária ou deixar a critério de cada escola a oferta das disciplinas de sociologia e filosofia, e cogitou também, a contratação terceirizada de professores/as. Questões essas muito próximas das apresentadas pela PEC 241, e a MP-276 apresentadas em 2016. Diante desse clima, em que a educação pública foi o principal alvo de cortes, é visível a aproximação entre as propostas do governo do Paraná e do até então presidente interino Michel Temer. As ocupações emergiram como um sinal de protesto dos/as estudantes frente a conjuntura política e o sucateamento da educação.

Na noite de 03 de outubro de 2016, aproximadamente 30 estudantes ocuparam o Colégio Estadual Padre Arnaldo Jansen, em São José dos Pinhais, localizado na região metropolitana de Curitiba. Conrado Pereda Minucelli, Jaqueline Aparecida Alves dos Santos e Osmir Dombrowski (2016), ao analisarem parte das ocupações realizadas no Paraná, identificaram que entre as primeiras notícias vinculadas a grande mídia, o jornal Gazeta do Povo, publicou que, “a ocupação foi definida, segundo os estudantes, sem a liderança de um movimento específico, após um debate realizado na última sexta-feira (30)”. Em outra mídia, além de ouvir os/as estudantes o jornal também cedeu um espaço de voz aos/as manifestantes, pois, com base nas entrevistas realizadas, publicou que “[...] a ocupação não é só dos alunos do Arnaldo – dizia uma estudante entrevistada – é importante lembrar que outros estudantes estão aqui ou virão para organizar novas ações” (GAZETA DO POVO, *apud* MINUCELLI; SANTOS; DOMBROWSKI, 2016, p. 251).

Essa foi a notícia do primeiro colégio ocupado em todo o país. Diante da ação de um pequeno grupo de estudantes em um colégio em específico, pode ser caracterizada como pertencente ao movimento estudantil? Com a caracterização da ausência de liderança informada pelo jornal, é possível afirmar que essa ocupação foi a responsável pela mobilização de estudantes de outras escolas pelo país? Conforme Minucelli, Santos e Dombrowski (2016), “[...] o jornal não tinha como prever, mas estava registrando o início de um movimento que alcançaria cerca de 850 escolas no estado do Paraná” (MINUCELLI; SANTOS; DOMBROWSKI, 2016, p. 252).

As ocupações desencadeadas no Paraná tomaram proporções maiores e chegaram a aproximadamente 1300 colégios em todo o Brasil. Nesse cenário, também foram ocupadas 152 universidades e Institutos Federais de ensino. Além dessa somatória, Secretarias de Ensino, Câmaras Municipais, dentre outros espaços públicos também foram palco de mobilizações, e a ordem vinda dos/as estudantes era: “Ocupar e resistir!”

Dois dias depois da primeira ocupação, foi criada a página na rede social *Facebook* intitulada: #OcupaParaná contra a Reforma do Ensino Médio. Como imagem de capa, foi colocado um mapa do estado do Paraná com as *hashtags* #ocupaparaná contra a reforma do ensino médio, #ForaMendonça, #ForaTemer e #ForaBetoRicha, e ao fundo do mapa o desenho de um megafone. Como um grito que ecoaria por todo o estado.

“A nossa luta já entrou para a história, o movimento dos OCUPAS foi inédito”: notas sobre uma ocupação secundarista de 2016 em Guarapuava-PR

Página oficial #ocupaParaná



Fonte:

<<https://www.facebook.com/ocupasim/photos/a.1780722375535552.1073741825.1780721055535684/1781754625432327/?type=1&theater>>. Acesso em: 01 out. 2018.

A página construída buscou demonstrar as ações do movimento estudantil em Curitiba, e em poucos dias tomou maiores proporções, conforme a expansão das ocupações, principalmente do Paraná, pois nesse Estado teve o maior número de colégios ocupados. As *hashtags* pedindo o afastamento do presidente interino, do governador do estado e de José Mendonça Filho, ministro da educação do Brasil, demonstram a insatisfação dos/as estudantes frente à atuação política desses líderes, em que a saída deles seria uma das alternativas para provocar mudanças que viessem atender aos interesses dos/as estudantes. Alicerçadas em uma sólida pauta pela não aprovação da MP 746 e PEC 241, essa reivindicação também contribuiu para desafiar e desestabilizar as culturas políticas dominantes, pois os atos desenvolvidos pautaram-se na insistência da alteração das lideranças governamentais e suas respectivas propostas. Como nos lembra Alvarez, Dagnino e Arturo (2000), “[...] é a transformação da cultura política dominante na qual se movem e se constituem como atores sociais com pretensões políticas” (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000, p. 26).

O Brasil já vivenciou outros momentos em que o movimento estudantil utilizou da estratégia das ocupações. Conforme Bringel (2009), “[...] as ocupações de reitorias durante os anos 2007 e 2008 aparecem como a “nova cara visível” dos movimentos estudantis brasileiros” (BRINGEL, 2009, p. 111). Em relação aos secundaristas, São Paulo teve a atuação ativa dos/as estudantes no ano de 2015, e que por meio das redes sociais foi possível dar maior visibilidade ao movimento. Nesse momento protestaram contra o fechamento de escolas. Já em maio de 2016, novas ocupações foram realizadas, e entre as pautas estava o desvio da merenda escolar. Nos estados do Rio de Janeiro (ver Cerqueira *et al.* 2016), e do Rio Grande do Sul (ver Silva & Silva, 2017), também existiram ocupações estudantis durante o ano de 2016, e em período anterior às ocorridas em outubro. Contudo, foi a partir das ações iniciadas no Paraná, seja pela particularidade do estado, e ao conjunto de inquietações sobre a MP-746 e a PEC-241, que o movimento atingiu maior abrangência junto a ocupações realizadas por estudantes em diferentes Estados ao mesmo tempo.

Além dos problemas desse contexto, é importante destacar que o movimento estudantil a partir de 2010 possui novas formas de ação e interação entre diferentes grupos. Conforme Gohn (2017), uma das características do movimento estudantil recente, é a influência do movimento estudantil chileno e argentino, em decorrência

de ações do que ficou conhecido como a “Revolta dos Pinguins” no Chile na década de 2000, e das demais ocupações que ocorreram no Chile e Argentina. Nesses países os/as estudantes construíram uma cartilha e diferentes materiais com informações de como realizar uma ocupação. Esse material foi disponibilizado na internet e serviu como apoio na construção das ocupações realizadas no Brasil desde 2015. Entretanto, como destaca Gohn (2017), “[...] existem diferenças entre o contexto brasileiro, chileno e argentino, predominando ainda o ‘autonomismo’ entre os secundaristas” (GOHN, 2017, p. 100).

No Brasil, os materiais foram produzidos com a finalidade de instruir os/as estudantes de como ocupar diferentes espaços públicos. No *site* da União Brasileira dos Estudantes Secundarista (UBES), foi postado um flyer com oito passos de como ocupar uma escola. Já no *site* do Fórum da Juventude de Belo Horizonte, foi disponibilizada uma cartilha composta por 33 páginas, com publicação de 2014 com o título: “OKUPA: Juventude, cidadania e ocupação da cidade”. Tanto as cartilhas do Chile e Argentina, como a organizada pelo Fórum da Juventude demonstram todos os passos necessários para realizar a ocupação, manutenção e as medidas a serem tomadas caso ocorra o desfecho da ocupação, principalmente caso exista a atuação da polícia para a reintegração de posse. Esse passo a passo é apresentado como um manual para ocupações em diferentes espaços públicos. Já o *flyer*, é uma forma reduzida da cartilha e direciona a ocupação estreitamente para as escolas. Como um guia prático a ser seguido pelos/as estudantes, informa os seguintes passos necessários para a realização das ocupações: “Organize Assembleias; Mantenha uma comunicação interna; Realize atividades dentro da ocupação; Alimentação; Segurança; Limpeza; Meios de comunicação; Apoio”. Cada item possui uma breve explicação dos procedimentos que devem ser tomados. A produção desses materiais e a disponibilização deles em momentos que antecedem as ocupações de São Paulo (2015) e as iniciadas no Paraná (2016), demonstram que o movimento estudantil não esteve parado. Ao contrário, manteve-se ativo, estabeleceu contato com o movimento estudantil de outros países, produziu material e sustentou diálogo entre os próprios estudantes e a UBES.

A internet foi o principal meio de comunicação utilizado para a transmissão de informações. Junto às redes sociais, ao buscarem dar visibilidade ao movimento, os/as estudantes estabeleceram uma rede de comunicação que contribuiu para ampliação das mobilizações. Na página do *Facebook*, quando informado que havia sido ocupada mais uma escola, era identificada a veracidade e se existiu a assembleia para legitimar a ocupação. Após a comprovação, na página #ocupaParaná a escola ganhava uma *hashtags* contendo nome da instituição e um logotipo com o mapa do Paraná. Quando a escola pertencia a outro estado, era somado ao total de ocupações e divulgado o nome e local da instituição.

Na página também foram publicadas informações coletadas sobre as estratégias utilizadas, postagem de vídeos, fotos, relatos e demais ações dos/as estudantes. Diante das inquietações do governo e na tentativa de desestabilizar a comunicação, no dia 20 de outubro a página foi *hackeada* e todas as informações postadas até aquele momento foram perdidas. No dia seguinte, foi criada uma nova página na mesma plataforma digital, essa que ainda está disponível e é acessível para quem possui conta no *Facebook*. Essas observações são passíveis de análise junto às reflexões de Gohn (2017). Segundo a autora, “[...] os manifestantes, ao participarem, deixam registros – nos blogs, fotos, etc – que ajudam a criar uma memória e a construção de um imaginário sobre o tema em tela, criam códigos linguísticos, que estabelecem uma gramática, e símbolos que passam a ser compartilhados” (GOHN, 2017, p. 26).

“A nossa luta já entrou para a história, o movimento dos OCUPAS foi inédito”: notas sobre uma ocupação secundarista de 2016 em Guarapuava-PR

Logo, mesmo que incompleta, a página construída nas redes sociais serve como um diário a ser investigado. Em Guarapuava-PR, o Colégio Estadual Mahatma Gandhi, foi o primeiro colégio oficialmente ocupado na cidade, posterior à assembleia realizada no dia 10 de outubro de 2016. Já o Colégio Estadual Francisco Carneiro Martins, (colégio carneiro como é chamado) teve sua assembleia e ocupação no dia 14 de outubro e marca o 23º colégio ocupado das 31 instituições da cidade sob a responsabilidade do estado.

Integrar o quadro docente daquele ano permitiu acompanhar parte das tensões existentes entre os/as que eram favoráveis e contrários à ocupação. O colégio é localizado na região central da cidade, oferece ensino médio, médio técnico – informática, eletromecânica, química, secretariado executivo, meio ambiente e administração -, nos períodos da manhã e tarde. Já no período noturno são ofertados os mesmos cursos técnicos só que de forma subsequente, direcionado a estudantes que já terminaram o ensino médio e buscam instrução técnica com formação de um ano e meio. Até o ano de 2016 era ofertado o terceiro ano do ensino médio regular no período noturno. A derrubada dessa turma já anunciada em outubro daquele ano também foi uma das ações negativas do governo paranaense e contribuinte para a insatisfação de parte dos/as estudantes.

Além dos registros de atividades postadas na página do #ocupaParaná do colégio “Carneiro Martins”, um caderno brochura, capa dura azul, 96 folhas tamanho A4, foi utilizado para registrar parte das atividades realizadas durante a ocupação. No caderno, posterior a uma abertura feita em caneta de cor vermelha, as inscrições: “Ocupação C.E.F.C.M. Carneiro Martins”, as primeiras linhas registram que: “[...] a ocupação teve início no dia 14 de outubro de 2016, às 23:00 horas, conforme orientações, foi feita a assembleia com todos os alunos do colégio, no período da manhã, tarde e noite, onde tivemos 478 votos contra a ocupação e 613 a favor, com um total de 1091” (CADERNO DA OCUPAÇÃO, 2016).

Como uma materialização dos acontecimentos, através dos manuscritos do caderno é possível identificar que existiu uma divisão entre os/as estudantes do colégio entre os/as favoráveis e aos/as contrários à ocupação. Contudo, a assembleia da manhã foi marcada pela agitação de estudantes que afirmavam serem integrantes do MBL da cidade. Uma tensão que não foi posta no papel. Em continuidade dos apontamentos, as próximas linhas do caderno dão sequência às atividades desenvolvidas. Conforme os escritos, “[...] 15 de outubro (sábado) Não abrimos o colégio, devido ser final de semana e estarmos organizando o cronograma da próxima semana. Recebemos algumas doações de alimentos e produtos de limpeza” (CADERNO DE OCUPAÇÃO, 2016).

Para Bringel (2009), o reconhecimento do movimento estudantil como pertencente a um movimento social só é possível se ele possuir elementos mínimos de um movimento social, esses que são respaldados nas leituras clássicas, e ao mesmo tempo possui suas particularidades. Segundo o autor,

[...] definição de reivindicações, demandas e objetivos coletivos; exposição dessa problemática a interlocutores políticos por meio de diferentes estratégias e repertórios de ações coletivas; mínima organização com certo grau de continuidade no tempo; caráter não institucional; trabalho comum que leva à construção de uma identidade coletiva, mesmo que incipiente (BRINGEL, 2009, p. 102).

Diante dos breves apontamentos sobre as ocupações em São Paulo, por exemplo, das ações realizadas no Paraná junto a utilização de materiais produzidos pela UBES e Fórum da Juventude, e, dos manuscritos do caderno referentes a

ocupação do colégio “Carneiro Martins”, é possível afirmar que essas ações são resultantes do movimento estudantil e asseguram que o movimento estudantil não deixou de existir. Conforme as próprias demandas, interesses, pautas e ações, tem atuado de forma ativa ao longo do tempo. No que corresponde ao contexto analisado, suas particularidades demonstram que possui significativa influência do movimento estudantil estrangeiro, onde a troca de experiências com o Chile e Argentina, a utilização de mídias, e ainda, em que o despertar do sentimento de cidadania provocados posterior a 2013, proporcionaram um primeiro contato de muitos estudantes como os movimentos sociais, o que construiu novas formas de protestarem na luta pela manutenção ou conquista de direitos.

A cartilha e o *flyer* que contém os passos de como ocupar a escola, teve ampla divulgação. E no que corresponde a ocupação realizada no colégio “Carneiro Martins”, o passo a passo parece ter sido seguido criteriosamente. Além da assembleia, os manuscritos do caderno informam a busca de contatos para grupos de apoio, alimentação, dentre outras recomendações necessárias para a manutenção das ocupações. Conforme os escritos, recém-instalada a ocupação, durante o final de semana foi “organizado o cronograma da próxima semana”. Distribuição essa que teve como pauta a divisão das atividades para limpeza, preparo dos alimentos, vigilância, controle da entrada e saída de estudantes e visitantes, horário das atividades educativas, como palestras, e recreativas, como os jogos na quadra.

Diante da observação dos registros desse caderno, as duas semanas em que os/as estudantes permaneceram ocupados, eles/as tiveram um grande contato com professores e estudantes universitários. Foram visitas para doação de alimentos, realização de oficinas, entre elas, oficinas para produção de cartazes, discussões com os temas sobre gênero, educação libertária, LGBTT, nutrição, jornalismo, esporte, saúde, cinema e comunicação. Com base nos manuscritos, os finais de semana foram utilizados para limpezas mais intensas dos espaços, e para o planejamento da próxima semana, conforme o revezamento dos/as estudantes, entre os/as que permaneciam durante o dia, pernoitavam e os/as que só voltaram para casa quando a ocupação terminou.

Em relação ao dia 20 de outubro, quinta feira, foi registrado no caderno que,

(UBES) representantes vieram até nosso colégio fazer uma breve reunião com os membros da organização da ocupação, para decidir entre eles um representante para ir até Curitiba para representar o nosso Colégio Francisco Carneiro Martins. Em uma assembleia que irá ocorrer no dia 26 de outubro (quarta) (CADERNO DA OCUPAÇÃO, 2016).

A presença da UBES, como informado, demonstra a existência do contato direto da organização estudantil nacional para com cada escola ocupada durante as manifestações. Os estudantes que integraram a ocupação buscaram tomar as decisões de forma democrática, seja na organização das atividades, até mesmo na definição de quem iria até Curitiba para representar a escola. Pois, no dia seguinte da assembleia (26/10), os/as estudantes registram que se reuniram para “conversarem sobre o que aconteceu na assembleia”. A assembleia mencionada refere-se a mais uma das várias tentativas do governo do estado do Paraná em dar fim às ocupações. A realização dessa assembleia demonstrou a força do movimento estudantil frente a negociação direta com o governo para decidir os rumos a serem tomados pelos/as estudantes, em que o Paraná serviu como palco de resistência e fortalecimento das ações realizadas pelo país. Sem nenhum acordo firmado, as ocupações permaneceram, e, mesmo diante de vários relatos de ações violentas contra os/as ocupantes, ampliaram-se o número de escolas ocupadas.

“A nossa luta já entrou para a história, o movimento dos OCUPAS foi inédito”: notas sobre uma ocupação secundarista de 2016 em Guarapuava-PR

A partir dessa assembleia, o movimento estudantil brasileiro teve uma grande repercussão internacional. Ana Júlia Ribeiro, estudante secundarista de Curitiba, uma das ouvidas na assembleia, fez seu pronunciamento de forma muito instigante. A partir de sua fala, demonstrou, como as ações do governo contribuíram para acabar com o ensino público de qualidade e romper com os sonhos de muitas crianças e adolescentes. Com a repercussão do movimento, a Revista americana Forbes, publicou o texto “A juventude do Brasil vê o seu futuro, e o nome dela é Ana Júlia” (2016), que entre os enfoques da publicação, apresentou a atuação política de jovens brasileiros/as, e as ações truculentas do governo federal e paranaense frente aos direitos dos/as estudantes.

A tentativa de negociação entre o governo do Estado e os/as estudantes ocorreu principalmente devido a grande repercussão das ocupações e a grande resistência formada pelos/as estudantes. Diante das anotações do caderno é possível identificar que os/as ocupantes do colégio tiveram grande apoio de diferentes grupos que vão além de estudantes da localidade. Em visita dos representantes da UBES, através das anotações referentes ao dia 22 de outubro, sábado, registraram no caderno que,

[...] tivemos a visita do pessoal de São Paulo abordando os seguintes temas: - queima de pneus; - liberação do educard; - manifestação (ruas), - trancar as ruas do Colégio Visconde de Guarapuava. E ficamos de fazer uma breve reunião com o pessoal da ocupação para decidir se iríamos participar ou não (CADERNO DA OCUPAÇÃO, 2016).

Esses registros permitem perceber a movimentação dos estudantes frente às ações realizadas nos níveis municipal, estadual e federal. O contato e troca de experiências com outros grupos que já participaram de outras ocupações parece ter sido uma das propostas de fortalecer a permanência dos/as estudantes nos colégios ocupados. Com mais de 15 dias de ocupações, muitas ações do governo, integrantes do MBL e a atuação violenta da polícia na tentativa de desmobilizar o movimento. Temendo algumas ações de reintegração de posse, por exemplo, os/as estudantes afirmaram que eram contrários/as a violência, pois se existisse a ação da polícia para a reintegração, registraram que devem “[...] sair em forma pacífica, se a polícia chegar não reagir” (CADERNO DA OCUPAÇÃO, 2016).

No que se refere ao Educard, cartão que até aquele ano os/as estudantes de Guarapuava utilizavam para o pagamento de uma taxa de R\$4,00, com direito a quatro passagens de transporte por dia. Como tentativa de pressionar outros/as usuários/as (como de instituições particulares) a se posicionarem contrários/as à ocupação, e, com a justificativa de que “não estavam tendo aulas”, a empresa responsável pelo transporte “público” congelou as passagens, o que contribuiu para a inquietação e organização de algumas ações contrárias à decisão. Em relação à queima de pneu e manifestações nas ruas, as ocupações de São Paulo possuem uma experiência diferenciada das ocorridas no Paraná. Em São Paulo, muitas ações foram realizadas nas ruas pelos próprios estudantes secundaristas. Alguns permaneciam nas escolas enquanto outros fechavam o trânsito, sentados em cadeiras do próprio colégio. No Paraná, foram várias as ações nas ruas, contudo, além de passeatas, muitas das manifestações tiveram caráter cultural, com exibição de músicas, coreografias e exposições artísticas em geral, composto em sua maioria por estudantes e professores das áreas de teatro, artes e música. Segundo análise de Gohn (2017), ao observar as ocupações de São Paulo, a autora afirma que, “[...] a tática das ocupações nas ruas ou nas escolas, ou o bloqueio de ruas ou cruzamentos de

avenidas, são formas de expressão básicas da ação direta. A publicização dos atos faz parte das estratégias gerando também a politização” (GOHN, 2017, p. 99).

Essas ações, além do fortalecimento do movimento estudantil, podem ser comparadas a um grito de socorro, em que os/as estudantes por meio das ocupações demonstram sua insatisfação pelos problemas existentes no sistema de ensino, lutam e pedem apoio. Até a decisão tomada em 01 de novembro, quando os/as estudantes passaram a desocupar as escolas, foram muitas as represálias e tentativas de deslegitimar, tanto o movimento estudantil como as ocupações. Conforme apontamentos do caderno, os/as estudantes afirmaram que, “tivemos a visita do diretor dizendo que a secretaria estava aberta sem nossa autorização”. Em dúvida frente a decisão tomada sem o consentimento dos/as estudantes que ocupavam a instituição, os registros em sequência demonstram que, “[...] ligamos para a jurídica que nos auxiliou a deixar a secretaria temporariamente aberta” (CADERNO DA OCUPAÇÃO, 2016).

Em meio a esse afronte entre a direção e as decisões dos/as estudantes, os apontamentos do caderno informam que os/as estudantes possuíam amparo judicial. Em outra anotação é possível identificar que trata de M.M., advogada e assessora jurídica das ocupações. Um diálogo pertinente para que os/as estudantes pudessem compreender e reconhecer seus direitos. Conforme Bárbara Virgínia Groff da Silva e Eduardo Cristiano Hass da Silva (2017),

Ocupar a escola não é invadi-la. Os próprios jovens afirmam que eles não são invasores. Primeiro porque o espaço pertence a eles, são estudantes da instituição. Segundo porque essa atitude é política, ocupar um estabelecimento de ensino é respeitar o espaço, não destruí-lo, é estar disposto a reinterpretá-lo e vivenciar momentos especiais, em que há um constante repensar: das atitudes, das vivências, das negociações, das conversas entre si e com os demais sujeitos da comunidade escolar (SILVA; SILVA, 2017, p. 235).

Os registros observados no caderno permitem perceber essas características, junto ao diálogo, as decisões tomadas democraticamente, organização e cuidado com o espaço ocupado, planejamento, realização de diferentes atividades em forma de oficinas, dentre outras ações tomaram conta dos/as estudantes que participaram da ocupação do “Carneiro Martins”. Poucas são as páginas registradas. Talvez o cuidado inicial em exemplificar as ações em algumas linhas e separá-las mediante um traço vermelho, possa ter sido planejado diante da dúvida em quantos dias iriam permanecer ali. Posterior as anotações correspondentes a cada dia da ocupação, o caderno possui o registro de cinco estudantes que participaram da ocupação do colégio, e, em forma de depoimento apresentaram suas impressões sobre o movimento estudantil, a experiência da ocupação o reconhecimento de que são jovens e lutam pelo reconhecimento de seus direitos. Conforme a estudante N.C.O.,

Eu participei da ocupação inteira praticamente para mim foi uma experiência nova, não só pra mim mas para todos que estavam lá lutando pelo mesmo direito. Nós não estávamos trancados dentro de um colégio para brincarmos ou algo assim como muitos falavam, participamos da ocupação pelos nossos direitos de alunos que simplesmente estávamos perdendo. A gente sabe que não tivemos o resultado que queríamos, mas mostramos que juntos somos mais fortes. Agora o governo sabe que não só como os professores nós alunos também somos forte e que sim temos voz (N.C.O., CADERNO DA OCUPAÇÃO, 2016).

“A nossa luta já entrou para a história, o movimento dos OCUPAS foi inédito”: notas sobre uma ocupação secundarista de 2016 em Guarapuava-PR

A experiência narrada pela estudante demonstra parte de sua atuação ativa frente a ocupação realizada no Colégio Carneiro Martins. Diante da construção do reconhecimento como estudante, identifica-se e qualifica seus colegas como estudantes que lutaram e lutam por direitos. Ainda nesse registro, mesmo que sem data, é possível perceber que ele foi produzido posterior à reintegração de posse do colégio, pois ela afirma que não atingiram tudo o que queriam. Porém, mesmo que não tenham atingido todos os objetivos, o sentimento de pertencimento ao movimento estudantil parece ter sido uma das maiores conquistas da estudante. Comparar o movimento estudantil com a greve dos professores é sinal de que até sua participação nas ocupações ela não havia presenciado nenhum momento em que os/as estudantes fossem realmente ouvidos. Pois segundo ela, “sim temos voz”.

Uma característica tal como nos aponta Alvarez; Dagnino e Escobar (2000), ao afirmar que os movimentos sociais, “[...] também constroem e configuram novos vínculos interpessoais, inter-organizacionais e político-culturais com outros movimentos, bem com uma multiplicidade de atores e espaços culturais e institucionais” (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000, p. 35).

Vínculos, interesses e atuação política, que além das observações teóricas, as sugestões de ideias de como proceder no fim das ocupações, demonstram que pretendiam, “[...] eleger líderes para ver o que fazer depois da ocupação. Fazendo uma grande assembleia para escolher algumas ideias” (CADERNO DA OCUPAÇÃO, 2016). Ou seja, a identificação enquanto sujeitos de direitos contribuiu para pensar em alternativas futuras de ações internas e externas na escola. Uma particularidade dos movimentos sociais que “vê as lutas democráticas como contendo uma redefinição não só do sistema político, como também das práticas econômicas, sociais e culturais que possam engendrar uma ordem democrática para a sociedade como um todo” (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000, p. 16).

A atuação política do movimento estudantil e a identificação desses/as estudantes como integrantes do movimento, e de que até então nunca haviam participado de lutas específicas entre estudantes e governo, também podem ser identificadas nos seguintes relatos:

[...] a nossa luta já entrou para a história, o movimento dos ocupas foi inédito, com coragem lutamos e resistimos. [...] A reforma do ensino médio é o ataque mais duro que a educação já sofreu, a verdade é que o governo não conhece a realidade do ensino médio público, não só no Paraná, mas em todo o país (E. N. S. CADERNO DA OCUPAÇÃO, 2016).

[...] tínhamos sim o conhecimento do que porque ocupar. E queríamos mostrar a sociedade e ao governo de que não somos alienados como nos chamavam, [...] Então de alguma forma precisamos chamar a atenção do nosso governo de que nós jovens temos voz, e que queremos mudanças, e nossa sociedade deve se conscientizar e lutar por seus direitos (T. S. L. CADERNO DA OCUPAÇÃO, 2016).

Foram 23 dias de ocupação na qual fomos uma família, não só o Carneiro mas sim todos os colégios ocupados cada decisão era tomada com todos juntos a democracia sim era respeitada. No dia 25 de outubro fui para Curitiba representar nosso colégio na assembleia dos estudantes, lá foi uma coisa única onde aprendi muito mais que em sala de aula. [...] Chegou o dia que juiz deu a reintegração foi o dia mais triste para todos como deixar nossa ocupação fomos maduros choramos mas isso só fez nós criar mais vontade de lutar e para mim a luta não parou (J. C. A. O., CADERNO DA OCUPAÇÃO, 2016).

Nos três relatos destacados, existe o ponto em comum por concordarem na compreensão da participação ativa do e no movimento estudantil. As ações realizadas junto às ocupações demonstram a insatisfação pelas propostas educacionais apresentadas pelo governo, e, ao mesmo tempo permite identificar que participar das ocupações permitiu que esses/as estudantes se identificassem como jovens, com direitos e sujeitos com voz ativa. Os laços construídos dentro da escola e estendidos para outras localidades, onde a causa e a luta por direitos, fez com que atribuíssem o movimento estudantil como uma família. O amadurecer apresentado pela estudante, não significa assumir ou passar a ter atribuições de outra faixa etária. Mas, de que em meio às ocupações e assembleias, esses/as estudantes estiveram expostos a debates que o sistema rígido de ensino ainda não os permite vivenciar, e que são excluídos das tomadas de decisões. Cabe lembrar também que a participação nos movimentos sociais proporciona diferentes formas de aprendizagem que estão conexas ao exercício da cidadania. Conforme Gohn (2017), “[...] as ocupações abrem um novo ciclo de lutas dos estudantes pela educação e demonstram que os jovens desta faixa etária querem participar, têm consciência das condições que vivem nas escolas e de outras que têm direito” (GOHN, 2017, p. 102).

Para tanto, a breve análise apresentada procurou levantar algumas características históricas do movimento estudantil no tempo presente. São constantes as ameaças que favorecem a destruição do ensino público, o passado recente parece ainda não ter acabado. Tal como nos indica o historiador François Dosse (2012), “[...] como o presente ‘deslizando’, ou ainda, como o presente continuado” (DOSSE, 2012, p. 15). Ou seja, tanto as ações contrárias ao ensino como os movimentos sociais, continuam se manifestando no tempo. Como um movimento social legítimo, as ocupações dos secundaristas demonstram a reconfiguração de um novo modo de protestar, lutar por direitos e ressignificar o espaço escolar em que as ocupações representam uma forma de garantir os direitos sociais. A utilização das redes sociais compõe parte da particularidade do movimento estudantil do início do século XXI, e essa foi uma das formas de comunicar-se/informar-se sobre o movimento estudantil, direito dos/as estudantes, e, no período das ocupações, seguiu como a forma mais rápida de promover a visibilidade do movimento. O confronto direto com o governo Federal, e as particularidades do estado do Paraná, e no estudo de caso brevemente apontado sobre a ocupação de um colégio em Guarapuava, permite afirmar que o movimento se mantém ativo. Diante da multiplicidade de informações, particularmente as que integram a página oficial no *Facebook* (#ocupaParaná), e as páginas escritas do caderno pertencente aos secundaristas do colégio Carneiro Martins, foram construídos por muitas mãos e materializam as pautas, as ações e a luta de um movimento que insiste em lutar por melhores condições na educação.

Referências

ALVAREZ, Sonia E., DAGNINO, Evelina e ESCOBAR, Arturo. O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: ALVAREZ, Sonia E., DAGNINO, Evelina e ESCOBAR, Arturo. (orgs) **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000, p. 16-57.

CADERNO DA OCUPAÇÃO. Colégio Estadual Francisco Carneiro Martins. PR Guarapuava, 2016, 96 p. (mimeo)

“A nossa luta já entrou para a história, o movimento dos OCUPAS foi inédito”: notas sobre uma ocupação secundarista de 2016 em Guarapuava-PR

CERQUEIRA, Aluana Guilarducci. Et al, “OCUPAMENDES”: quando a droga da obediência não funciona mais! Relatos da ocupação estudantil do Colégio Estadual Prefeito Mendes de Moraes, a primeira escola ocupada no estado do Rio de Janeiro. **Temáticas**, Campinas, 24, (47): 27-46, fev/dez. 2016. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/tematicas/article/view/3167/0>>. Acesso em: 01 set. 2018.

DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.4, n.1, p.5-22, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180304012012005>>. Acesso em: 01 set. 2018.

BRINGEL, Breno. O futuro anterior: continuidades e rupturas nos movimentos estudantis do Brasil. **EccoS – Revista Científica**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 97-121, jan./jun. 2009. p. 97-121. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/715/71512097006.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2018.

BRASIL. **Lei 12.852**, de 5 de agosto de 2013. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 agosto. 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em: 29 set. 2018.

Fórum da Juventude de Belo Horizonte, intitulada “**OKUPA: Juventude, cidadania e ocupação da cidade**”. Cartilha, 2014. Disponível em: <<http://forumdasjuventudes.org.br/wp-content/themes/oxygen/images/publicacoes/cartilha.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2018.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade**. São Paulo: Cortez, 2017.

GROPPO, Luís Antonio. **Introdução à sociologia da juventude**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

LARANJEIRA, Denise Helena Pereira; IRIART, Mirela Figueiredo Santos; RODRIGUES, Milena Santos. Problematizando as Transições Juvenis na Saída do Ensino Médio. **Educação & Realidade**, Campinas, v. 41, n. 1, p. 117-133, 2016. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/56124/36233>>. Acesso em: 29 set. 2018.

MINUCELLI, Conrado Pereda; SANTOS, Jaqueline Aparecida Alves dos; DOMBROWSKI, Osmir. #Ocupaparaná – As ocupações das escolas públicas paranaense em outubro de 2016. **Temáticas**, Campinas, 24, (47): 247-274, fev./dez. 2016. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/tematicas/article/view/3179>>. Acesso em: 20 set. 2018.

SILVA, Bárbara Virgínia Groff da; SILVA, Eduardo Cristiano Hass da. “UMA PÁ DE OCUPAÇÃO”: Ocupações escolares e atuação juvenil no Rio Grande do Sul (2016). **Revista Teias** v. 18, n. 50, 2017 (Jul./Set.). Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/27072>>. Acesso em: 01 set. 2018.

SIMN, Shannon. Brazil's Youth See Their Future, And Her Name Is Ana Júlia. Forbes, OCT 27, 2016. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/shannonsims/2016/10/27/brazil-youth-see-their-future-and-her-name-is-ana-julia/#448d87b846a4>>. Acesso em: 02 set. 2018.

Outros materiais:

Como ocupar um colégio? Manual escrito por estudantes secundaristas do Chile e Argentina. Disponível em: <<https://gremiolivre.files.wordpress.com/2015/10/como-ocupar-um-colc3a9gio.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2018.

Submetido em: 30/10/2018.

Aprovado em: 06/06/2019.